



A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL PARA A GESTÃO DE PEQUENOS PRODUTORES: DESAFIOS E LIMITAÇÕES NO ACESSO À INFORMAÇÃO

The importance of rural accounting for small producers' management: challenges and limitations in access to information.

Rosinaira Oliveira Lobato¹

Rozimeire de Oliveira Sales²

RESUMO

Este artigo reúne, em uma revisão bibliográfica qualitativa, 11 estudos publicados entre 2021 e 2025 para examinar o que a literatura informa sobre a utilidade da contabilidade rural para pequenos produtores e as barreiras de acesso à informação contábil. Os estudos foram comparados em um quadro que identifica contexto, método, achado pertinente e limitação. Nas pesquisas reunidas, em geral locais e com amostras pequenas, o uso gerencial da contabilidade aparece restrito, e os fatores com sustentação mais direta são a baixa escolaridade, a conectividade limitada e as exigências de formalização. A assistência técnica, o custo do serviço contábil e o acesso ao crédito aparecem associados ao tema, mas os estudos examinados não demonstram que constituam, por si, barreiras ao acesso à informação contábil. Os benefícios da contabilidade são descritos como percepções de produtores e argumentos qualitativos, sem mensuração de efeitos econômicos. Conclui-se que os achados indicam tendências nos contextos estudados e não permitem generalizações para os pequenos produtores brasileiros. Propõe-se a realização de pesquisa de campo que inclua o estado do Pará.

Palavras-chave: contabilidade rural; pequeno produtor; gestão rural; informação contábil; agricultura familiar.

ABSTRACT

This article presents a qualitative literature review of 11 studies published between 2021 and 2025 to examine what the literature reports about the usefulness of rural accounting for small producers and the barriers to accessing accounting information. The studies are compared in a table presenting their context, method, relevant findings, and limitations. In the studies reviewed, which are mostly local surveys with small samples, the managerial use of accounting appears limited. The factors with the most direct support are low educational attainment, limited connectivity, and formalization requirements. Technical assistance, the cost of accounting services, and access to credit are associated with the topic, but the studies examined do not demonstrate that these are, in themselves, barriers to accessing accounting information. The benefits of accounting are described as producers' perceptions and qualitative arguments, without measurement of economic effects. The findings indicate trends in the contexts studied and cannot be generalized to Brazilian small producers. Field research that includes the state of Pará is proposed.

¹ Bacharel em Ciências Contábeis. Universidade Federal Rural da Amazônia <https://orcid.org/0009-0009-2810-0461>

² Orcid <https://orcid.org/0009-0005-2206-6152>





Keywords: rural accounting; small producer; rural management; accounting information; family farming.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade rural registra e organiza receitas, despesas, investimentos e resultados da atividade agropecuária e, por isso, pode apoiar o planejamento e as decisões do produtor (Aguiar; Bertolini, 2023). Entre pequenos produtores, porém, a literatura consultada descreve rotinas pouco formalizadas. Em Rondônia, metade dos 22 produtores de hortifrúti que responderam ao questionário de Neres *et al.* (2022) declarou não registrar os custos. Em Palmas (TO), a maioria dos 14 produtores ouvidos por Macedo, Soares Filho e Miranda (2025), todos atendidos por escritórios de contabilidade, utilizava o serviço sobretudo para a contabilidade geral e o planejamento tributário.

Dois termos precisam ser delimitados, pois orientam a seleção dos estudos. Neste artigo, pequeno produtor rural é aquele que explora um estabelecimento de pequena dimensão, com gestão exercida por ele próprio ou pela família. Agricultura familiar, por sua vez, corresponde ao enquadramento da Lei nº 11.326/2006 (Brasil, 2006), que exige, entre outros requisitos, área de até quatro módulos fiscais, predomínio de mão de obra familiar e direção do estabelecimento com a família. Os dois grupos se sobrepõem parcialmente, sem coincidir, e a seção 2.3 explica como essa diferença foi tratada.

O problema que orienta o trabalho é o acesso à informação: o produtor que não registra nem interpreta seus números dispõe de pouco apoio para avaliar custos, preços e riscos. A literatura aponta fatores como escolaridade, conectividade e formalização (Krüger *et al.*, 2021; Cardoso; Chaves, 2025; Cruz Neto *et al.*, 2025), mas essas questões aparecem dispersas em pesquisas locais, raramente comparadas entre si.

Diante disso, a questão de pesquisa é: o que os estudos consultados informam sobre os desafios e as limitações enfrentados por pequenos produtores rurais no acesso à informação contábil e sobre a contribuição da contabilidade rural para a gestão desses empreendimentos? O objetivo geral é analisar a importância da contabilidade rural para a gestão de pequenos produtores, identificando os desafios e as limitações de acesso à informação contábil. Os objetivos específicos são: (i) discutir o conceito, as finalidades e os usos da contabilidade rural; (ii) caracterizar a gestão do pequeno produtor e os fatores que limitam o acesso à informação



Este trabalho está licenciado sob a **Creative Commons Atribuição–Não Comercial (CC BY-NC)**. É permitida a reprodução, distribuição e adaptação do conteúdo para fins não comerciais, desde que seja atribuída a autoria e indicada a fonte original.



contábil; e (iii) examinar o que os estudos selecionados informam sobre as contribuições da informação contábil às decisões no meio rural, distinguindo resultados mensurados de hipóteses ou expectativas.

A contribuição do artigo é analítica e delimitada. O estudo sistematiza, em um quadro comparativo, como cada pesquisa caracteriza as barreiras de acesso, o uso da informação contábil e as decisões associadas a ela, identificando convergências, divergências e lacunas. Não pretende estimar a frequência dessas barreiras entre os produtores brasileiros nem mensurar os efeitos da contabilidade sobre os resultados econômicos. O recorte também tem uma motivação contextual: entre os estudos empíricos cuja localização foi identificada, nenhum tem o Pará como área de pesquisa, o que é relevante para uma investigação desenvolvida na UFRA, em Bujaru.

Metodologicamente, trata-se de revisão bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. O texto está organizado em cinco seções, contando esta introdução: a revisão da literatura (seção 2) apresenta os conceitos e o contexto; os materiais e métodos (seção 3) descrevem a busca, a seleção e a análise; os resultados e a discussão (seção 4) comparam os estudos; e as considerações finais (seção 5) retomam o objetivo, apresentando conclusões vinculadas às evidências e explicitando as limitações.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Contabilidade rural: conceito e finalidades

A contabilidade rural pode ser entendida como o conjunto de registros e controles das atividades de uma propriedade em determinado período, capaz de evidenciar pontos fortes e fracos da gestão e de subsidiar decisões (Naves; Costa, 2021). Entre os controles que a literatura associa a esse propósito estão o fluxo de caixa, a contabilidade de custos e os indicadores de desempenho (Aguiar; Bertolini, 2023).

Convém distinguir dois usos da contabilidade. O fiscal atende a obrigações externas, como a escrituração em livro-caixa, que produtores pessoas físicas podem realizar de forma simplificada (Krüger *et al.*, 2021). O gerencial direciona a informação ao planejamento, ao controle de custos e à comparação de alternativas na propriedade. Nos estudos reunidos neste artigo, o primeiro uso aparece com mais frequência que o segundo, como mostra a seção 4.





Para evitar ambiguidades, informação contábil designa, neste artigo, os dados registrados e interpretados que o produtor pode utilizar para decidir. O acesso à informação contábil corresponde à possibilidade efetiva de produzi-los, obtê-los e compreendê-los. Essa distinção permite reconhecer que um produtor pode contar com um contador e, ainda assim, ter dificuldade para aproveitar a informação recebida.

2.2 Custos e informação gerencial na atividade rural

A apuração de custos é o ponto em que a contabilidade rural mais se aproxima da decisão cotidiana do produtor, pois permite apurar o custo de produção e compará-lo ao preço de venda. Custos diretos são os apropriados diretamente à atividade, como insumos, sementes e fertilizantes; custos indiretos, como a manutenção de máquinas e a depreciação, exigem algum critério de distribuição (Teixeira *et al.*, 2025).

Dois conceitos gerenciais aparecem com frequência nesse campo. A margem de contribuição é a diferença entre o preço de venda e os custos variáveis, e o ponto de equilíbrio indica o nível de vendas a partir do qual a atividade deixa de ter prejuízo. Teixeira *et al.* (2025) mostram que um produtor pode aplicar o raciocínio desses conceitos sem conhecer os termos. O mesmo estudo relata que a depreciação, que reconhece o desgaste de máquinas e benfeitorias, é reconhecida pelos produtores, embora seu cálculo seja limitado, em um contexto em que o valor dos bens se altera ao longo do tempo.

2.3 Pequeno produtor e agricultura familiar

A Lei nº 11.326/2006 define agricultor familiar como quem atende simultaneamente a requisitos como não deter área maior que quatro módulos fiscais, utilizar predominantemente mão de obra da própria família, ter renda familiar originada em percentual mínimo de atividades do estabelecimento e dirigir o estabelecimento com a família (Brasil, 2006). Já a expressão pequeno produtor não tem, na literatura reunida, um critério único. Macedo, Soares Filho e Miranda (2025) descrevem sua amostra por tamanho (maioria com menos de dez hectares); Teixeira *et al.* (2025) adotam o enquadramento legal; Delgrossi *et al.* (2024) estudam famílias pobres e extremamente pobres do semiárido atendidas por um projeto específico.

Essa diversidade afeta a inclusão dos estudos e o alcance das inferências. Um pequeno produtor pode não cumprir outros requisitos legais, como o predomínio de mão de obra familiar,



Este trabalho está licenciado sob a **Creative Commons Atribuição–Não Comercial (CC BY-NC)**. É permitida a reprodução, distribuição e adaptação do conteúdo para fins não comerciais, desde que seja atribuída a autoria e indicada a fonte original.



e nem toda família agricultora é pequena produtora em sentido gerencial. Por isso, adotou-se o seguinte critério: foram incluídos estudos sobre pequenos produtores e estudos sobre agricultura familiar, porque os públicos de interesse se sobrepõem parcialmente; as conclusões dos estudos sobre agricultura familiar (Aguiar; Bertolini, 2023; Delgrossi *et al.*, 2024; Teixeira *et al.*, 2025) são usadas como evidência indireta sobre pequenos produtores, com a ressalva explícita de que cada uma se refere a uma população própria. O caso de Delgrossi *et al.* (2024) é o mais restrito, pois trata de famílias de baixa renda de uma região, e o de Teixeira *et al.* (2025) é o mais pontual, pois trata de uma propriedade.

2.4 Assistência técnica e extensão rural

A assistência técnica e extensão rural (ATER) constitui uma política pública de orientação aos produtores em aspectos técnicos, gerenciais e sociais. Delgrossi *et al.* (2024) avaliam a ATER do Projeto Dom Hélder Câmara II, voltado à redução da pobreza rural no semiárido brasileiro, e examinam seus efeitos sobre renda e produção. O estudo não avalia conteúdo contábil nem práticas de gestão financeira. Por isso, fundamenta a discussão da ATER como canal de orientação, sem permitir afirmar efeitos sobre o uso da contabilidade.

2.5 Tecnologia da informação e conectividade

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, 1.430.156 dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários do país (28,2%) declararam ter acesso à internet; os demais, cerca de 71,8%, não declararam esse acesso (IBGE, 2017). O indicador se refere a estabelecimentos, não a pessoas. A coleta é anterior à pandemia, e o dado citado é agregado, sem distinguir pequenos e grandes estabelecimentos.

Quanto aos programas de gestão, Aguiar e Bertolini (2023) realizaram revisão sistemática e análise de 27 softwares e concluíram que os controles financeiros adequados à agricultura familiar (fluxo de caixa, contabilidade de custos e indicadores de desempenho) existem, mas que nenhum dos softwares analisados mencionava esse público. Cruz Neto *et al.* (2025), em revisão bibliográfica e documental sobre agricultura digital, sustentam que os benefícios das tecnologias digitais se distribuem de modo desigual entre os produtores, em





razão de fatores como conectividade, custo de equipamentos, escolaridade e desigualdade regional.

2.6 Escolaridade e letramento contábil

Letramento contábil é entendido aqui como a capacidade de interpretar relatórios e usar seus números para decidir. Dados do Censo Agropecuário de 2017 reproduzidos por Cruz Neto *et al.* (2025) indicam que 73% dos produtores tinham no máximo o ensino fundamental, completo ou incompleto, e que cerca de 23% declararam não saber ler nem escrever. São números nacionais e agregados, que não relacionam escolaridade à prática contábil; essa relação é examinada, em contextos locais, nos estudos analisados na seção 4.3.

2.7 Formalização e crédito rural

A formalização impõe ao produtor tarefas contábeis e fiscais, como a emissão da nota fiscal do produtor, tema de Cardoso e Chaves (2025), e a regularização da atividade, abordada por Carvalho e Bigeli (2024) em Palmas (TO). Quanto ao crédito, Macedo, Soares Filho e Miranda (2025) incluem o acesso limitado ao crédito entre os desafios relatados pelos produtores, ao lado da oscilação de preços e da variação do clima. Os estudos reunidos, porém, não examinam as exigências documentais de linhas de crédito nem de programas específicos, como o Pronaf. Por isso, a ideia de que registros contábeis facilitam o crédito, embora plausível, é tratada aqui como hipótese, e não como achado.

2.8 Quadro analítico da revisão

A análise articula três dimensões: as barreiras de acesso, como escolaridade, conectividade, orientação e formalização; o uso da informação contábil, por meio do registro e da interpretação; e as decisões que dependem dela, relativas a custos, preços, crédito e investimento. Busca-se verificar o que os estudos efetivamente demonstram em cada dimensão, sem pressupor uma relação completa entre elas. Em vários pontos, as pesquisas sustentam a existência das barreiras, mas deixam seus efeitos sobre as decisões apenas como expectativa.





3 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo consiste em uma revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. Não se caracteriza como revisão sistemática, pois não houve protocolo registrado nem avaliação formal do risco de viés dos estudos. A opção pela pesquisa bibliográfica decorre da necessidade de organizar o conhecimento produzido e identificar convergências e lacunas entre pesquisas que tratam de contextos distintos.

A busca foi realizada em bases de dados científicas de acesso aberto, com os descritores contabilidade rural, pequeno produtor rural, gestão rural, informação contábil e agricultura familiar, combinados entre si e com expressões como acesso à informação, assistência técnica e tecnologia da informação. A leitura dos títulos e resumos, seguida da leitura integral dos trabalhos, resultou nos 11 estudos analisados, listados no Quadro 1.

Foram incluídos artigos científicos publicados entre 2021 e 2025, em periódicos ou anais, que tratassem da relação entre contabilidade, gestão e pequenos produtores rurais ou agricultores familiares (ver seção 2.3). Foram excluídos materiais sem autoria, ano ou veículo identificados e conteúdos comerciais ou institucionais sem base científica. O corte temporal visa à atualidade, mas não equivale à homogeneidade: um dos estudos incluídos, por exemplo, coletou seus dados em 2017 (Neres *et al.*, 2022).

A análise ocorreu em três passos. Primeiro, cada estudo foi sistematizado em ficha de leitura quanto a contexto, método, amostra, achados e limitações. Segundo os trechos dos fichamentos foram codificados pelo assunto central (por exemplo, registro de custos, escolaridade, internet, nota fiscal). Terceiro, os códigos afins foram agrupados em categorias. Os três eixos que guiaram a leitura derivam dos objetivos específicos: (i) conceito e usos da contabilidade rural; (ii) características do pequeno produtor e da agricultura familiar; e (iii) barreiras de acesso e contribuições da informação contábil. Os eixos (i) e (ii) deram origem às seções 2.1 a 2.3 e ao panorama da seção 4.1. O eixo (iii) foi desdobrado nas categorias que formam as seções 4.2 a 4.7: uso gerencial e custos (4.2); fatores de acesso, a saber, escolaridade e relação com o contador (4.3), assistência técnica (4.4), conectividade (4.5) e formalização e custo do serviço (4.6); e crédito e decisão (4.7). As seções 4.8 e 4.9 comparam os estudos e separam as proposições das autoras dos achados da literatura.

O método apresenta limitações. A pesquisa não capta diretamente a percepção dos produtores e depende da qualidade dos estudos publicados, que não foi avaliada por instrumento





formal. As pesquisas incluídas possuem, em geral, amostras pequenas e locais, além de populações distintas, conforme o Quadro 1. A diversidade de estados amplia o panorama, mas não torna os achados representativos do país. As conclusões devem ser interpretadas com essa ressalva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Panorama dos estudos incluídos

O Quadro 1 reúne os 11 estudos com o contexto e o método de cada um, o achado pertinente a este artigo e a principal limitação. Dois são revisões (Aguiar; Bertolini, 2023; Cruz Neto *et al.*, 2025), oito apresentam dados de campo e um (Naves; Costa, 2021) descreve a pesquisa como exploratória qualitativa, sem que os procedimentos de coleta possam ser identificados no resumo. Entre os estudos de campo, apenas Krüger *et al.* (2021), com 176 produtores de um único município, e Delgrossi *et al.* (2024), cujo objeto não é a contabilidade, têm amostras acima de cem participantes. Os demais, quando informam o tamanho da amostra, abrangem de 1 a 56 unidades. Essa distribuição é o primeiro limite à generalização.

Quadro 1 – Estudos incluídos na revisão

Estudo	Contexto e método	Achado pertinente	Limitação
Aguiar e Bertolini (2023)	Revisão sistemática (SCOPUS, SPELL e Web of Science) e análise de 27 softwares de gestão localizados por busca na internet em 2019.	Fluxo de caixa, contabilidade de custos e indicadores de desempenho são os controles aplicáveis; nenhum dos 27 softwares fazia referência à agricultura familiar.	Busca de softwares sem critério além da descrição dos fabricantes; retrato do mercado de 2019.





Estudo	Contexto e método	Achado pertinente	Limitação
Cardoso e Chaves (2025)	Questionário a 56 agricultores de arroz, milho e soja de São João do Sul (SC), em setembro de 2024; amostra por conveniência.	Autoavaliação de conhecimento contábil e fiscal de nível moderado a alto; dificuldades com a nota fiscal do produtor e falta de apoio técnico e profissional.	Amostra pequena, por conveniência, de um município; dados autodeclarados.
Carvalho e Bigeli (2024)	Pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica e conversas com produtores de hortaliças de Palmas (TO).	Contabilidade apresentada como apoio ao controle patrimonial e à apuração de resultados na legalização; formação gerencial descrita como precária.	Número de participantes não informado no resumo.
Cruz Neto <i>et al.</i> (2025)	Revisão bibliográfica e documental, sem dados primários, sobre agricultura digital e pequenos produtores no Brasil.	Benefícios digitais distribuídos de modo desigual, por conectividade, custo de equipamentos, escolaridade e desigualdade regional.	Não trata de contabilidade; apoia-se em fontes secundárias, inclusive dados do Censo de 2017.
Delgrossi <i>et al.</i> (2024)	Avaliação de impacto por pareamento por escore de propensão, com 4.374 entrevistas em 402 municípios do semiárido; dados de 2021.	ATER associada a maior renda agrícola e produção, com efeito maior entre famílias que também receberam fomento produtivo.	Não trata de contabilidade; população de famílias pobres do semiárido.





Estudo	Contexto e método	Achado pertinente	Limitação
Krüger <i>et al.</i> (2021)	Levantamento quantitativo com 176 produtores de Santa Maria (RS), em março de 2020.	Baixo conhecimento contábil e pouco uso de contadores; busca de apoio no sindicato; conhecimento e preparo para a nota fiscal eletrônica correlacionados com escolaridade.	Um único município; correlação não implica causa.
Macedo, Soares Filho e Miranda (2025)	Questionário a 14 produtores atendidos por escritórios de contabilidade em Palmas (TO), de agosto a outubro de 2024.	Uso concentrado em contabilidade geral e planejamento tributário; satisfação moderada a alta; baixa demanda por consultoria financeira.	Amostra de 14 produtores já atendidos por contadores; nada informa sobre quem não usa o serviço.
Naves e Costa (2021)	Pesquisa exploratória de abordagem qualitativa; procedimentos de coleta não identificados no resumo.	Sem contabilidade, o produtor teria dificuldade de medir desempenho, projetar o fluxo de caixa e identificar gastos desnecessários.	Não quantifica perdas nem o custo do serviço contábil.
Neres <i>et al.</i> (2022)	Método misto: 22 questionários e 3 entrevistas com produtores de hortifrúti de Alta Floresta D'Oeste e Rolim de Moura (RO); dados coletados em 2017.	50% sem anotação de custos; 45,45% com cadernos e 4,55% com planilhas; 59,09% precificam pela média dos concorrentes.	Amostra pequena; dados de 2017; entrevistas apenas com produtores de um dos municípios.





Estudo	Contexto e método	Achado pertinente	Limitação
Santos <i>et al.</i> (2024)	Pesquisa exploratória qualitativa com 4 pequenos agricultores de Floriano (PI), por formulário eletrônico.	Os participantes avaliam que a contabilidade contribui para a gestão, enviam o livro-caixa ao contador todo mês e relatam boa relação com ele.	Quatro participantes; percepções autodeclaradas.
Teixeira <i>et al.</i> (2025)	Estudo de caso de uma propriedade familiar de soja no Vale do Ivinhema (MS), com entrevista e documentos; safra 2022/2023.	Controle por planilha; princípios de margem de contribuição e ponto de equilíbrio aplicados sem usar os termos; método de custeio não identificado; perda na safra.	Uma propriedade; os autores indicam que os resultados não são generalizáveis.

Fonte: elaborado pelas autoras a partir dos estudos citados.

4.2 Controle de custos e precificação

Os estudos que descrevem registros de custos apontam baixa formalização. Entre os 22 produtores de hortifrúti que responderam ao questionário de Neres *et al.* (2022), 50% declararam não registrar os custos, 45,45% usavam cadernos ou cadernetas e 4,55% usavam planilhas eletrônicas. Na mesma pesquisa, 59,09% disseram precificar pela média dos concorrentes, embora, ao ordenar os fatores que influenciam o preço, os respondentes tenham colocado o cliente em primeiro lugar e os concorrentes em terceiro. A diferença entre o método declarado e a hierarquia dos fatores informada pelos participantes pode indicar que a precificação não segue critério explícito, mas o estudo não permite afirmá-lo com segurança.

No estudo de caso de Teixeira *et al.* (2025), a propriedade familiar de soja acompanhava os dados de produção em planilha eletrônica, com revisão semanal, mas os autores não identificaram um método de custeio definido, e a safra 2022/2023 terminou com perda financeira, que atribuem à dificuldade de acompanhar o mercado e à necessidade de caixa em



Este trabalho está licenciado sob a **Creative Commons Atribuição–Não Comercial (CC BY-NC)**. É permitida a reprodução, distribuição e adaptação do conteúdo para fins não comerciais, desde que seja atribuída a autoria e indicada a fonte original.



momento de preços baixos. Por se tratar de uma única propriedade, o resultado não pode ser generalizado.

Quanto à relação entre prática contábil e resultados, as evidências são limitadas. Santos *et al.* (2024) registram que os quatro agricultores entrevistados enviam mensalmente o livro-caixa ao contador e consideram que a contabilidade contribui para a gestão. Naves e Costa (2021) argumentam, em termos qualitativos, que a ausência de registros impede o produtor de mensurar o desempenho de cada atividade. Nenhum dos estudos compara produtores que registram custos com aqueles que não o fazem. O efeito da contabilidade sobre a precificação permanece, portanto, como expectativa plausível, sustentada por percepções, e não como resultado mensurado.

4.3 Escolaridade e relação entre produtor e contador

A escolaridade é o fator com apoio mais consistente no conjunto de estudos. Krüger *et al.* (2021) encontraram, em Santa Maria (RS), predominância de produtores com ensino fundamental incompleto (40%) e correlações positivas entre escolaridade e conhecimento contábil (0,425) e entre escolaridade e preparo para a nota fiscal eletrônica (0,479). Em Rondônia, Neres *et al.* (2022) registraram 68,18% de respondentes com ensino fundamental incompleto e nenhum com ensino superior, em um grupo que, como visto, pouco registrava custos. Os dados nacionais reproduzidos por Cruz Neto *et al.* (2025) apontam na mesma direção quanto ao perfil de escolaridade, embora sem relacioná-lo à prática contábil. Os coeficientes de Krüger *et al.* informam associação e não permitem estabelecer causalidade.

Também há divergências. Cardoso e Chaves (2025), em São João do Sul (SC), identificaram, na autoavaliação dos 56 agricultores, conhecimento contábil alto (35,3%) e conhecimento fiscal médio (36,6%) como respostas mais frequentes, e concluíram que o nível variava de moderado a alto. Krüger *et al.* (2021), em Santa Maria, concluem pelo baixo conhecimento. As diferenças de local, ano, perfil dos respondentes e instrumento (autoavaliação, em um dos casos) impedem dizer qual retrato é mais representativo e sugerem que o conhecimento contábil varia entre contextos.

Sobre a relação com o contador, Santos *et al.* (2024) descrevem uma boa relação entre os quatro participantes e seus contadores, enquanto Macedo, Soares Filho e Miranda (2025) encontraram satisfação moderada a alta entre 14 produtores atendidos por escritórios. Entre



Este trabalho está licenciado sob a **Creative Commons Atribuição–Não Comercial (CC BY-NC)**. É permitida a reprodução, distribuição e adaptação do conteúdo para fins não comerciais, desde que seja atribuída a autoria e indicada a fonte original.



esses produtores, a maioria utilizava o serviço sobretudo para contabilidade geral e planejamento tributário, com baixa demanda por consultoria financeira. O quadro sugere que, nesses casos, a barreira não está na insatisfação com o contador, mas no escopo do serviço contratado e na demanda por usos gerenciais. Em Santa Maria, Krüger *et al.* (2021) encontraram pouco uso de contadores e recurso ao sindicato, que não oferece profissional contábil. Os grupos não são comparáveis, pois em Palmas e em Florianópolis os participantes já eram atendidos por contadores.

4.4 Assistência técnica e extensão rural

Delgrossi *et al.* (2024) mediram o efeito da ATER do Projeto Dom Hélder Câmara II sobre a renda e a produção de famílias pobres do semiárido, com 4.374 entrevistas. Encontraram aumento da renda agrícola total de 16,33% entre os beneficiários em geral e de 30,23% entre os que também receberam fomento produtivo. O efeito sobre a renda anual total não foi significativo no grupo geral e foi de 11,28% no grupo com fomento. Os autores sugerem, como hipótese para pesquisas futuras, que o auxílio emergencial pode ter atenuado as diferenças de renda total entre os grupos.

Os efeitos observados nessa fonte dizem respeito à renda e à produção. O estudo não trata de contabilidade, registros financeiros ou capacitação gerencial, nem indica que o resultado decorra de conteúdo contábil. Sustenta, assim, a possibilidade de a ATER atuar como canal de apoio aos produtores, mas não permite afirmar que a inclusão de educação contábil nessa política produziria ganho econômico. Essa proposta é discutida na seção 4.9.

Em outro contexto, Krüger *et al.* (2021) mostram que, em Santa Maria, os produtores buscam o sindicato para assuntos fiscais, contábeis e financeiros (média de 4,08 na escala de 0 a 5 do instrumento), embora ele não ofereça profissional contábil. A orientação que chega ao produtor parece vir, nesse contexto, de canais que não são necessariamente especializados em contabilidade. Os estudos reunidos não informam a abrangência da cobertura da ATER, de modo que a carência dessa política não pode ser tomada como achado.





4.5 Conectividade digital e ferramentas de gestão

Pelos dados do Censo Agropecuário de 2017 apresentados na seção 2.5, cerca de 71,8% dos estabelecimentos não declararam acesso à internet. Em escala menor e em outro contexto, Neres *et al.* (2022) registraram que metade dos 22 produtores de hortifrúti não tinha acesso à internet e que, entre os que tinham, o smartphone foi o dispositivo mais citado (22,73%), à frente de computadores (18,18%) e notebooks (9,09%).

Aguiar e Bertolini (2023) acrescentam que nenhum dos 27 softwares analisados fazia referência à agricultura familiar e que esses programas se destinavam, aparentemente, a grandes propriedades, o que indica um descompasso entre a oferta tecnológica e esse público, ao menos no mercado de 2019. Cruz Neto *et al.* (2025) apontam que os benefícios da agricultura digital tendem a se concentrar nos segmentos mais capitalizados quando não há conectividade, capacitação e extensão.

Nenhum dos estudos testou se ferramentas digitais ampliam o uso da informação contábil por pequenos produtores. A conectividade aparece como condição para o uso dessas ferramentas, mas sua limitação não foi demonstrada como causa do menor uso da contabilidade.

4.6 Formalização e custo do serviço contábil

Quanto à formalização, Cardoso e Chaves (2025) relatam que 15,2% dos 56 agricultores não se sentiam preparados para a nota fiscal do produtor e que 28,6% se consideravam em nível médio de preparo, e atribuem a dificuldade a conhecimento técnico, acesso a infraestrutura e habilidades digitais. Krüger *et al.* (2021) também encontraram baixo preparo para a nota fiscal eletrônica e relacionam o resultado à escolaridade. Carvalho e Bigeli (2024) abordam a contabilidade como apoio à legalização de produtores de hortaliças em Palmas, descrevendo formação gerencial precária e dependência de políticas públicas.

O custo do serviço contábil poderia ser um obstáculo ao uso da contabilidade, mas nenhum dos estudos reunidos mensura honorários ou os compara com perdas evitáveis. Naves e Costa (2021) descrevem, de forma qualitativa, consequências da ausência de contabilidade, como a dificuldade de medir o desempenho e de projetar o fluxo de caixa, sem quantificá-las. Por isso, este artigo não afirma que a falta do serviço gera prejuízos maiores do que o custo de contratá-lo. O custo é tratado como hipótese a ser investigada em pesquisa que compare os honorários com os resultados dos produtores.





4.7 Crédito e tomada de decisão

Macedo, Soares Filho e Miranda (2025) incluem o acesso limitado ao crédito entre os desafios citados pelos produtores de Palmas, mas não o relacionam à existência de registros contábeis. Naves e Costa (2021) mencionam, de forma qualitativa, a incerteza para projetar o fluxo de caixa e as necessidades de crédito como consequências da falta de contabilidade. Nenhum estudo reunido verifica se os registros contábeis alteram a concessão de crédito ou a decisão de investir.

Quanto à decisão, os relatos disponíveis se baseiam em percepções (Santos *et al.*, 2024) ou em um caso único (Teixeira *et al.*, 2025), em que a venda após a colheita, sem acompanhamento do mercado, coincidiu com perda financeira. A relação entre informação contábil, crédito e decisão permanece, assim, como hipótese de trabalho, e não como resultado demonstrado.

4.8 Convergências, divergências e lacunas

Os estudos convergem em três pontos. O primeiro é o uso gerencial limitado da contabilidade, observado em Rondônia (Neres *et al.*, 2022), em Palmas (Macedo; Soares Filho; Miranda, 2025), em Santa Maria (Krüger *et al.*, 2021) e em Mato Grosso do Sul (Teixeira *et al.*, 2025). O segundo ponto é a associação entre baixa escolaridade e menor conhecimento ou menor prática contábil (Krüger *et al.*, 2021; Neres *et al.*, 2022). O terceiro ponto é a limitação de conectividade (Neres *et al.*, 2022; Cruz Neto *et al.*, 2025; IBGE, 2017).

Os estudos divergem quanto ao nível de conhecimento contábil, como mostra a comparação entre Cardoso e Chaves (2025) e Krüger *et al.* (2021). Também apresentam diferenças na descrição das práticas: Carvalho e Bigeli (2024) relatam que os produtores vêm adotando práticas contábeis, enquanto Neres *et al.* (2022) e Teixeira *et al.* (2025) descrevem controles informais. As diferenças de local, população e método ajudam a compreender o contraste, mas também indicam que a literatura ainda não permite estabelecer um retrato único.

Foram identificadas cinco lacunas principais: nenhum estudo empírico identificado tem o Pará como recorte; os produtores que não utilizam serviços contábeis são pouco representados, pois vários estudos ouviram quem já tinha contador; não há medição de efeitos econômicos da adoção da contabilidade; não há quantificação do custo do serviço; e não há verificação das exigências contábeis de crédito. Nessas condições, a síntese autoriza descrever



Este trabalho está licenciado sob a **Creative Commons Atribuição–Não Comercial (CC BY-NC)**. É permitida a reprodução, distribuição e adaptação do conteúdo para fins não comerciais, desde que seja atribuída a autoria e indicada a fonte original.



tendências nos contextos estudados, mas não generalizar para os pequenos produtores brasileiros.

4.9 Caminhos possíveis: proposições a avaliar

As propostas a seguir decorrem da leitura dos estudos e da análise do problema. São proposições das autoras, ainda sujeitas a avaliação, e não resultados demonstrados pelas pesquisas consultadas.

A primeira proposta é a capacitação em linguagem acessível e vinculada à rotina da propriedade, motivada pela associação entre escolaridade e conhecimento contábil (Krüger *et al.*, 2021; Neres *et al.*, 2022). A segunda é a articulação entre ATER e contabilidade, por exemplo, com módulos de educação financeira nos programas existentes. Essa hipótese se apoia na capacidade da ATER de alcançar as famílias (Delgrossi *et al.*, 2024), mas o efeito econômico desses módulos não foi testado nos estudos. A terceira consiste no desenvolvimento de soluções simples e acessíveis por celular, considerando que o smartphone foi o dispositivo mais citado em Rondônia (Neres *et al.*, 2022) e que os softwares analisados não se dirigiam à agricultura familiar (Aguiar; Bertolini, 2023). A quarta é o uso de canais coletivos, como sindicatos, procurados pelos produtores em Santa Maria (Krüger *et al.*, 2021), inclusive para a contratação compartilhada de serviços contábeis. Essa possibilidade poderia reduzir o custo por produtor, mas não foi verificada nas pesquisas reunidas.

Cada proposição poderia ser avaliada por meio de pesquisa de campo com grupo de comparação, o que também permitiria medir se a adoção de práticas contábeis altera custos, preços, acesso ao crédito e resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a importância da contabilidade rural para a gestão de pequenos produtores e identificar os desafios e as limitações de acesso à informação contábil, a partir de 11 estudos publicados entre 2021 e 2025. As conclusões apresentadas estão vinculadas às evidências da seção 4 e se restringem aos contextos estudados.

Primeiro, nos estudos que descrevem práticas, o uso gerencial da contabilidade é limitado e os registros de custos são pouco formalizados (seção 4.2). Segundo, entre os fatores



Este trabalho está licenciado sob a **Creative Commons Atribuição–Não Comercial (CC BY-NC)**. É permitida a reprodução, distribuição e adaptação do conteúdo para fins não comerciais, desde que seja atribuída a autoria e indicada a fonte original.



de acesso, a escolaridade, a conectividade e as exigências de formalização têm apoio nos estudos (seções 4.3, 4.5 e 4.6), com a ressalva de que o apoio vem de pesquisas locais e de amostras pequenas. Terceiro, a assistência técnica, o custo do serviço contábil e o acesso ao crédito aparecem associados ao tema, mas os estudos não demonstram que atuem como barreiras ao acesso à informação contábil (seções 4.4, 4.6 e 4.7). Quarto, os benefícios da contabilidade são descritos como percepções de produtores e como argumentos qualitativos, e não como efeitos medidos (seções 4.2 e 4.7).

Os objetivos específicos foram tratados com graus diferentes de sustentação. O conceito e os usos da contabilidade rural (objetivo i) foram discutidos nas seções 2.1 e 2.2. A caracterização do pequeno produtor e dos fatores de acesso (objetivo ii) apoia-se nas seções 2.3 e 4.3 a 4.6. O exame das contribuições da informação contábil (objetivo iii) revelou que elas são, nos estudos reunidos, expectativas ainda não testadas. A discussão de um objetivo não comprova seu alcance; por isso, a resposta à questão de pesquisa é parcial: há indícios sobre as barreiras e pouca evidência sobre os efeitos.

As implicações práticas devem ser lidas como hipóteses. Contadores, extensionistas e gestores de políticas públicas poderiam testar capacitações em linguagem acessível, módulos de educação financeira na ATER e ferramentas simples para celular, mas os estudos reunidos não demonstram que tais medidas produzam ganho econômico.

Como limitações, destacam-se o caráter bibliográfico do trabalho, a ausência de dados primários, a heterogeneidade das populações e dos métodos dos estudos e o fato de que a seleção não seguiu protocolo de revisão sistemática. Sugere-se a realização de pesquisa de campo, inclusive no Pará, com produtores que usam e que não usam serviços contábeis, avaliação do efeito de programas de capacitação sobre os resultados econômicos, quantificação do custo do serviço contábil em comparação com as perdas evitadas e verificação das exigências contábeis de crédito.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Evandro Mendes de; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Controles financeiros e softwares de gestão da informação destinados à agricultura familiar. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 24, n. 2, p. 343-372, 2023. DOI: 10.25110/receu.v24i2.2023-11693. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/11693>. Acesso em: 26 out. 2026.



Este trabalho está licenciado sob a **Creative Commons Atribuição–Não Comercial (CC BY-NC)**. É permitida a reprodução, distribuição e adaptação do conteúdo para fins não comerciais, desde que seja atribuída a autoria e indicada a fonte original.



BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 20 out. 2026.

CARDOSO, João Vanio Mendonça; CHAVES, Esequiel Bianchini. Percepção dos agricultores sobre a contabilidade rural no município de São João do Sul/SC. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 148-164, 2025. DOI: 10.30681/ruc.v14i27.13101. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/download/13101/9332/49302>. Acesso em: 20 out. 2026.

CARVALHO, Marliete Campêlo da Silva; BIGELI, Beatriz Cilene Mafra Neves. Contabilidade rural na legalização do pequeno produtor rural. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 7, n. 15, e151524, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1524.

CRUZ NETO, Geraldo Antônio da; MERIDA, Carolina; LACERDA, Murilo Couto; GUIMARÃES, Rejaine Silva; COSTA, Patrícia Spagnolo Parise; MACHADO, Lúcia Dayana Lopes. Desafios e oportunidades da agricultura digital na promoção da sustentabilidade e da inclusão social entre os pequenos produtores no Brasil. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 12, p. 1-15, 2025. DOI: 10.56238/arev7n12-028.

DELGROSSI, Mauro Eduardo; VIEIRA, Ludgero Cardoso Galli; AVILA, Mário Lúcio de; PERAFÁN, Mireya Valencia; MIRANDA FILHO, Reinaldo José de. O impacto da assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares pobres: o caso do Programa Dom Hélder Câmara II. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S. l.], v. 62, n. 2, e271282, 2024. DOI: 10.1590/1806-9479.2022.271282pt. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/mGvx7gCXLSSLSSVsS3mvN6F/>. Acesso em: 26 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>.

KRÜGER, Cristiane; ARRUDA, Renata Souza de; ARRUDA, Eduarda de Fátima; RADDATZ, Juliano Carlos. O produtor rural e a contabilidade: uma análise das fontes de assessoramento na atividade rural. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 139-164, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/download/5805/4550>. Acesso em: 20 out. 2026.





MACEDO, Leilane Suarte de; SOARES FILHO, Valtuir; MIRANDA, José Fernando Bezerra de. Perfil socioeconômico e gestão de propriedades rurais: uma análise dos serviços contábeis no cerrado. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 8, n. 18, e082035, 2025.

DOI: 10.55892/jrg.v8i18.2035. Disponível em:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2035>. Acesso em: 26 out. 2026.

NAVES, Igor; COSTA, Simone Teles da Silva. As consequências para o produtor rural diante da falta de exercício da contabilidade rural. **Revista GeTeC**, [S. l.], v. 10, n. 25, 2021.

Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/2358>. Acesso em: 20 out. 2026.

NERES, Pablo Henrique de Souza; VIDIGAL FILHO, Ademir Luiz; VALE, Carlaile Largura do; LOVO, Odirlei Arcangelo; VIDIGAL, Lucelia Largura do Vale; SANTOS, Antônia Aparecida Pereira dos. Formação de preço de produtos hortifrúti dos pequenos produtores rurais de Alta Floresta D'Oeste e Rolim de Moura. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 3, e54611327148, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i3.27148.

SANTOS, Isla Naiara Ferreira dos; ARAÚJO, Madson Brandão de Alencar; NOLÊTO, Mayara Pires; FERNANDES, Hellen dos Santos Ferreira. Contabilidade rural como ferramenta estratégica de apoio à gestão: um estudo com pequenos agricultores na cidade de Floriano-PI. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 6, p. 1278-1302, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i6.14518.

TEIXEIRA, Isabelle Lopes; SILVEIRA, Vitor Cardoso da; EDUARDO, Antônio Sérgio; SCHOTTEN, Paulo César; GOULART, Gislayne da Silva; FACHIN, Solange. O valor da gestão de custos para o agricultor familiar na produção de soja. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 1, p. 874-892, 2025. DOI: 10.56238/arev7n1-053.

